

Ata n.º 113 / XIII / 3.ª SL

Aos seis dias do mês de março de 2017, pelas onze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Audição do Presidente da AICEP - Portugal Global, Luís Filipe de Castro Henriques

2. Informações gerais

3. Apreciação e votação do Parecer de assentimento de Sua Excelência o Presidente da República, para as deslocações a Forças Armadas e Forças de Segurança portuguesas destacadas no estrangeiro, entre 15 de março a 30 de abril de 2018 – Projeto de Resolução n.º 1369/XIII/3.ª.

4. Apreciação e votação dos pareceres da Proposta de Resolução n.º 61/XIII/3.ª Aprova o Protocolo relativo a uma Emenda à alínea a) do artigo 50.ª da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal, a 6 de outubro de 2016 e da Proposta de Resolução n.º 64/XIII/3.ª Aprova o Protocolo relativo a uma Emenda ao artigo 56.º da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal, em 6 de outubro de 2016.

Deputada autora do parecer: Ana Passos – PS

5. Aprovação de Atas

- Ata n.º 102/XIII/3.ª de 15 de novembro de 2018

6. Outros assuntos.

Iniciados os trabalhos, dirigidos pelo Senhor **Presidente da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, começou este por saudar os membros da Comissão, bem como e em especial, o **Dr. Luis Castro Henriques, Presidente da AICEP – Portugal Global**, a quem explicou a metodologia adotada para a presente audição.

No seguimento, concedeu a palavra ao convidado para a sua alocação inicial.

Nesta, começou o convidado por agradecer a oportunidade de vir perante a Comissão tratar de matéria da maior relevância estratégica para a economia portuguesa. Com base numa apresentação projetada na sala (consultável [aqui](#)), o Dr. Castro Henriques aludiu aos resultados obtidos em matéria de investimento estrangeiro e exportações canalizados através da AICEP, alicerçados nos seguintes pilares de atuação: reforço da proximidade junto das empresas; fomentar um ecossistema orientado para a internacionalização da economia; valorizar a marca “Portugal”, designadamente junto do investimento canalizado através da CPLP. Foi salientada, ainda, a existência de uma taxa de crescimento anual do investimento situada nos 60%, pretendendo a AICEP que em 20125, 50% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional venha a ser assegurado por via das exportações, canalizado através da sua rede de *Scouts*.

Seguidamente, interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** para salientar o importante papel que, de há muito, a AICEP tem vindo a desenvolver na captação de investimento estrangeiro para Portugal. Pediu esclarecimentos acerca das mais recentes declarações do Comissário Dombrowski, no respeitante às condições para realização de negócios no espaço intraeuropeu. Perguntou ainda: qual a situação do escritório da AICEP em Cantão, China, o qual continua por acionar, bem como em vários pontos da América do Norte, cuja cobertura é essencial; como poderá vir a evoluir o investimento em Portugal, caso seja aprovada no Parlamento a alteração à legislação laboral preconizada pelo Governo e pelos Partidos que o suportam; e ainda, relativamente à internacionalização, como se concilia o pretendido aumento do incentivo ao investimento no espaço da CPLP, quando o Governo anuncia uma diminuição na cooperação com os países que a integram.

Em resposta, referiu o convidado que a preocupação da AICEP é a de que os *roadshows* se traduzam em efetivo aumento de investimentos, tal como são os casos do Japão e da Coreia do Sul, na esteira do que já ocorreu com a União Indiana, onde existe um projeto muito importante. Referiu fazer todo o sentido existir uma cobertura extra europeia de potenciais investimentos. Em Angola e após uma redução em 50% verificada durante 2016, existiu evidente retoma em 2017, onde Portugal, tal qual se passa na Venezuela, promove investimentos de longo-prazo, sendo que a AICEP acompanha e apoia os de maior risco. Anunciou a previsão de que em 2019 sejam abertos os escritórios de Cantão e de Dublin, mais tendo referido encontrar-se a AICEP a trabalhar, juntamente com o Instituto Camões, na criação do Estatuto da Empresa de Língua Portuguesa.

Interveio o Senhor **Deputado Ascenso Simões (PS)** para sublinhar a gigantesca evolução verificada no universo de exportações (80 mil milhões de euros, correspondente a mais de 40% do PIB), tal como ocorreu, também, com o investimento estrangeiro. Questionou se, uma

vez atingida uma certa fasquia de crescimento destes valores, não estaríamos em risco de enfrentar uma quebra de crescimento devida ao esgotamento de determinados fatores relevantes, como por exemplo, a mão-de-obra qualificada. Prosseguiu, perguntando se na opinião do convidado, o “Portugal 20/20” consegue corresponder a todas as necessidades ou se é necessária uma visão mais abrangente e não tão rígida quanto às suas condições de aplicabilidade.

Respondeu o Dr. Castro Henriques que a marca dos 50% do PIB que acima referiu constitui hoje aspeto objetivo marcante da agenda nacional, tendo lembrado que Portugal ainda não é destino privilegiado de investimentos para negócios, embora o Banco Mundial tenha classificado Portugal, no ano transato, dentro dos 30 primeiros países. Tal facto, referiu, ficou a dever-se ao facto de os quadros nacionais possuírem reconhecido talento, aspeto que é sempre valorizado em primeiro lugar aquando de qualquer projeção de investimento, estando mesmo em curso um certo ajustamento, para cima, dos níveis salariais do pessoal mais qualificado.

O Senhor **Deputado Hélder Amaral (CDS/PP)** começou por saudar o convidado e a atuação da AICEP. Perguntou, com base no já aludido estudo do Banco Mundial, qual o papel que a AICEP pretende desenvolver nos 10 mais prometedores mercados, ali referenciados. Quis igualmente saber se África é uma efetiva aposta nacional, tendo em conta a experiência de Portugal nesse continente. No concernente à Diáspora, perguntou se existem mecanismos facilitadores do investimento e como se prevê que venham a funcionar, atento, especialmente, o anunciado Estatuto da empresa de Língua Portuguesa. No que particularmente respeita à América do Sul, questionou qual a melhor forma de apoiar os empresários que já operam novas rotas comerciais e o que prevê a AICEP fazer em consequência do alargamento do Canal do Panamá, dado que a Rota da Seda chinesa abre grandes possibilidades que devem ser precedidas de infraestruturas em terra.

Respondendo, referiu o Dr. Castro Henriques que a análise dos países cujos mercados apresentam maior crescimento devem resultar da análise de tendência multianuais, designadamente no período do médio-prazo imediatamente anterior, estando a AICEP atenta às oportunidades e necessidades que vão surgindo no aumento quer das exportações, quer do investimento. Presentemente, Portugal avalia as oportunidades dadas pelo Senegal e Costa do Marfim, onde ainda não existem representações oficiais. Realçou, ainda e no que à Diáspora respeita, o facto de a AICEP se ter envolvido com o Instituto Camões em projetos que potenciem a língua portuguesa no mundo dos negócios.

Interviu, seguidamente, a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para agradecer a exposição

e os dados facultados. Questionou o convidado sobre se na captação de investimento estrangeiro existia a preocupação em estabelecer parcerias que viabilizassem a incorporação de bens de base nacional; e ainda, qual a avaliação do AICEP relativamente à entrada de capital estrangeiro em empresas e setores estratégicos para Portugal e qual a origem geográfica desse capital.

Respondeu o convidado que o principal fator diferenciador de quem investe capital em Portugal tem sido o talento dos seus quadros. Saliu o papel das denominadas “redes de fornecedores” nacionais que participam com bens incorporáveis no produto final produzido em Portugal e que são indispensáveis às empresas investidoras, constituindo o setor automóvel um excelente exemplo disso mesmo. A origem do investimento em Portugal continua a ser essencialmente europeia, com destaque para a Alemanha, França e Espanha.

Já na Segunda Ronda de intervenções, participaram os Senhores **Deputados** abaixo indicados:

Carlos Páscoa (PSD), chamando a atenção que no caso do Brasil, país continental, existe uma única delegação do AICEP sediada em São Paulo. Quis saber se existem planos de expansão, para onde, e de que forma está a ser aproveitada a rede existente de Câmaras de comércio (13 no total). Finalmente, lembrou que em 2011 não existia investimento absolutamente nenhum por parte da AICEP.

Paulo Pisco (PS), para perguntar quais são as perspetivas de crescimento do investimento e exportações no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa; quais as relações com as diferentes Câmaras de Comércio à escala global e de que forma participam estas no esforço da internacionalização; e, finalmente, como se explica o facto de, atualmente, ser o Luxemburgo o maior investidor estrangeiro em Portugal.

António Ventura (PSD), para perguntar se a AICEP pretende reforçar a rede de representação da indústria de raiz açoriana na respetiva estrutura e opções de promoção e negócios, questionando ainda, neste domínio, qual a situação atual.

Joana Lima (PS), que na sequência de uma reunião de trabalho com uma representação iraniana, questionou o convidado acerca da evolução sentida no relacionamento bilateral, mormente após a abertura de um escritório de representação em Teerão, que tipo e volume de negócios estão a ser projetados e se existem empresas nacionais interessadas neste mercado.

Interveio também o Senhor **Presidente da Comissão**, em reforço da questão colocada sobre o Irão, lembrando a existência de certos obstáculos estruturais ao aprofundamento das relações comerciais bilaterais que países como a Itália, a França e a Alemanha têm vindo a ultrapassar com o apoio dos respetivos Bancos Centrais, gerando uma certa assimetria nas oportunidades de negócio do Irão com países membros da União. E perguntou, ainda, como está a ser tratada a questão dos seguros de crédito, que têm igualmente vindo a constituir um óbice ao relacionamento comercial bilateral.

Respondeu o convidado que a delegação da AICEP em São Paulo visa cobrir todo o território brasileiro, não tendo sido sentida a necessidade de expandir a rede, em vista do aumento da captação do investimento local. Referiu a existência de um excelente relacionamento com as diferentes Câmaras de Comércio, baseado no contacto permanente e na ajuda recíproca. Relembrou, também, existirem países que escolhem Portugal como plataforma logística de apoio ao relacionamento comercial com os diferentes países de língua oficial portuguesa. Esclareceu que a posição atual do Luxemburgo relativamente ao investimento em Portugal tem a ver com o trânsito de capitais financeiros em várias sociedades comerciais. Relativamente aos Açores, sublinhou que a AICEP tem trabalhado muito proximamente com a SDEA (Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores, EPER), tendo em conta ser papel desta última, a captação de investimento externo à Região Autónoma dos Açores, seja nacional ou estrangeiro. Quanto ao relacionamento com o Irão foram detetadas pela AICEP oportunidades de negócio de razoável potencial, existindo empresas interessadas em estabelecer parcerias locais e em adquirir bens portugueses. O problema reside no isolamento financeiro internacional a que o Irão se encontra votado, inexistindo comunicabilidade institucional entre Bancos Centrais, o que coloca problemas elementares ao nível da realização de pagamento e transferências financeiras. A AICEP mantém-se atenta a esta questão, pese embora não possa desconhecer a existência de exposição da nossa economia a outras áreas e parceiros económicos.

Terminada esta parte dos trabalhos, o Senhor **Presidente** agradeceu a presença do Dr. Castro Henriques, tendo prosseguido, após uma curta interrupção, para a segunda parte da OD.

Assim e já no **Ponto 2.** da OD, informou o Senhor Presidente o seguinte:

- Baixou o Projeto de Resolução n.º 1336/XIII/3 – (CDS-PP) - Reparação dos danos ambientais causados pelas forças militares norte-americanas estacionadas na Base das Lajes, sendo competentes para o respetivo processamento a 11.ª Comissão, bem como as 2.ª e 3.ª Comissões, por conexão. A pedido do CDS-PP vai a mesma ser discutida em

Plenário.

- Relembrou estar a decorrer o prazo para eventual indigitação pelo Parlamento, de uma entidade candidata ao 14.º SEOUL PEACE PRIZE, cujo prazo, conforme havia sido referido na anterior sessão, termina a 15 de março.
- Que iria ter lugar no dia seguinte, 7 de março, pelas 10 horas, na Sala 8 (3.º piso), a audiência conjunta aos Senhores Ministros dos Negócios Estrangeiros, e da Defesa Nacional, a qual decorrerá à porta fechada.
- A responsável institucional pelas Conferências do Estoril, Dr.ª Teresa Violante, solicita audiência sobre a questão do genocídio da minoria Yazidi, no Iraque. Foi referido ter sido para o efeito igualmente solicitada a 1.ª Comissão, a qual agendou encontro para dia 11 de abril (4.ª feira), pelas 11.30h. Dado que esta reunião contará com a presença de uma representante da comunidade Yazidi, foi sublinhada a conveniência de que uma eventual audiência por parte da 2.ª Comissão, a ocorrer, pudesse ter lugar no mesmo dia, imediatamente antes da sessão plenária, preferencialmente, no formato Mesa + Coordenadores.

A este propósito, interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para manifestar a concordância do PS para a audiência sugerida, na qual participará.

Também o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** manifestou disponibilidade para tal, remetendo os respetivos pormenores para momento posterior.

- Ter sido solicitada a realização por videoconferência, das audições dos representantes diplomáticos de Portugal na Venezuela e junto das Nações Unidas. Aguarda-se da parte do MNE contactos que viabilizem estes agendamentos.

Ponto 3.

Foi lido em sessão o projeto de parecer concedendo o assentimento para que o Senhor Presidente da República se ausente do país, nas datas e com a finalidade ali referenciadas, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do BE, CDS-PP e PCP).

Ponto 4.

Neste Ponto, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Ana Passos (PS)**, para apresentação do seu Relatório relativo às Propostas de Resolução números 61 e 64, ambos da 3.^a sessão legislativa da XIII legislatura. Assim, começou por situar o âmbito objetivo das iniciativas em apreço, ambas consubstanciando alterações à Convenção sobre Aviação Civil Internacional. No caso da Proposta n.º 61/XIII, o aumento de trinta e seis para quarenta membros do Conselho instituído por aquela mesma Convenção, dada a necessidade de garantir uma maior representatividade daquele órgão, uma vez que o número de Estados Contratantes aumentou também consideravelmente desde a assinatura da Convenção. Já no segundo caso, está em causa o alargamento do número de membros da Comissão de Navegação Aérea de dezanove para vinte e um, cumprindo assim o desígnio de “assegurar o maior equilíbrio deste órgão pelo aumento da representação dos Estados Contratantes. Remetendo a tomada de uma posição para o momento em que esta Proposta de Resolução venha a ser votada em Plenário, concluiu a Autora que a presente Proposta reunia condições de ser votada no Plenário da Assembleia da República.

Não tendo sido regista qualquer intervenção, foi o Relatório em apreço submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do CDS/PP e do PCP).

No **Ponto 5.**, foi passado em revista o texto da Ata sob análise, o qual, não tendo merecido reparos, foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do CDS/PP e do PCP).

Finalmente, no **Ponto 6.** da OD, pediu a palavra o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)**, chamando a atenção para a necessidade de se estabelecer em que moldes poderia o Parlamentar participar na evocação do centenário da Batalha de La Lys, mais tendo informado que, de acordo com as informações de que dispõe, irá contar com forte adesão da comunidade portuguesa local, bem como do Governo.

Interveio o Senhor **Presidente** para referir que se trata de uma matéria constante do planeamento das atividades da Comissão. Relembrou ter em tempo solicitado ao Deputado Carlos Alberto Gonçalves, Vice-presidente da Mesa, que intermediasse junto do Parlamento francês, de forma a estabelecer de que forma poderia tal deslocação vir a ser operacionalizada. Na pendência de resultados deste contacto, restará saber se existirá uma delegação parlamentar nacional e em que moldes.



Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião pelas dezassete horas e vinte minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20180306_1.mp3

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20180306_2.mp3

Palácio de S. Bento, 6 de março de 2018

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
Ascenso Simões
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Isabel Santos
Joana Lima
João Oliveira
José Cesário
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Pisco
Rui Silva
Sérgio Sousa Pinto
Adão Silva
António Ventura
Carla Cruz
Fernando Jesus
Helder Amaral
Maria Augusta Santos
Maria Manuela Tender
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Filipe Lobo D' Ávila
Lara Martinho
Nuno Magalhães
Paulo Neves
Pedro Filipe Soares
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Gabriela Canavilhas
Maria Manuel Rola
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 20/03/2018.